

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

DESERTO

TOMADA DE PREÇOS № 017/2018 PROCESSO LC N.º 146

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO NA CENTRAL DE GLP, DE ACORDO COM NORMAS ESTABELECIDAS PELO CORPO DE BOMBEIROS, JUNTO AS DEPENDÊNCIAS DO PROJETO PIA LUZ DO FUTURO.

VENCEDORA: VALOR GLOBAL EM R\$

MARGO BEATRIS SEIBERT
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório

TOMADA DE PREÇOS № 017/2018.

Regime de CONTRATAÇÃO: Menor Preço GLOBAL.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para instalação de tubulação na central de GLP, de acordo com normas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, junto as dependências do Projeto Pia Luz do Futuro, conforme notificação 3.2.01.17.0001050538-00, segundo especificações contidas no Termo de Referência e Croqui anexos a este Edital.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Abertura: O protocolo dos envelopes será até as 14h10min do dia 26 de julho de 2018, e a abertura dos envelopes ocorrerá em Sessão Pública as 08h20min horas do mesmo dia, nas dependências da sala de reuniões da Prefeitura do Município de Pato Bragado, sito na Avenida Willy Barth, 2885, Centro, Pato Bragado – PR.

Edital: O edital estará disponível aos interessados para download no site do município: www.patobragado.pr.gov.br na aba "Licitações – Licitações abertas".

Em transito de Pato Bragado – PR, para Curitiba – PR, aos dois dias do mês de julho de 2018.

LEOMAR ROHDÉN Prefeito do Município

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

TCE Nº

de 03107118 FL.

Wisto

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

La companya de 03/07/38 FL. 01

Warge
Visto

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

O Presente Nº 4527

de 06/07/18 FL.

Wisto



Estado do Paraná



PARECER JURÍDICO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N.º 017/2018. EMENTA:

Análise jurídico-formal das minutas de Edital de Tomada de Preços e de Contrato, os quais têm por objeto a aquisição e instalação de tubulação central de GLP, de acordo com as normas estabelecidas pelo corpo de bombeiros, nas dependências do Projeto Piá Luz do Futuro, conforme especificações contidas nos anexos do presente edital.

RELATÓRIO

O Secretário da pasta protocolizou em 05/06/2018 o requerimento nº 2018/06/001435 requerendo a aquisição do objeto do presente procedimento, o requerimento foi encaminhado ainda em 05/06/2018 para o Procurador Chefe que opinou pela realização pesquisa de preços com relação à responsabilidade técnica, que não estava prevista nos primeiros orçamentos, após em 14/06/2018 o procedimento foi encaminhado ao Gabinete do prefeito que determinou a realização de procedimento licitatório e não dispensa; em 29/06/2018, retornou ao Departamento Jurídico para opinar sobre a modalidade, que opinou pela realização de Tomada de preços, na mesma data; retornou os autos ao gabinete do prefeito para deferiu o pedido em 02/07/2018 e encaminhou ao Departamento de Licitações para as devidas providências. O Departamento de Licitações recebeu o procedimento em 02/07/2018 e providenciou os presentes documentos analisados, encaminhando-os na mesma data a esta procuradora.

Constam dos presentes autos o Termo de Referência contendo as especificações do objeto da presente licitação, descrição dos serviços, vigência da contratação e estimativa de preços, bem como a informação referente à dotação orçamentária para a contratação em tela. Foram-nos encaminhadas as minutas do edital de Tomada de preços e do Contrato para análise jurídico-formal, constante deste processo. É o Relatório.

PARECER JURÍDICO

Antes de iniciar a análise dos documentos, no caso em apreço, é importante frisar que a PROCURADORIA JURÍDICA é órgão consultivo e parecerista, ou seja, emitimos nossa opinião em forma de pareceres quando solicitado. Algumas decisões tomadas pelo gestor são de sua livre discricionariedade, ou seja, não comporta nosso questionamento quanto ao motivo que levou o gestor a escolher está ou aquela obra. No presente caso a decisão normalmente é política e discricionária cabendo a esta parecerista SOMENTE a análise legal da documentação apresentada.

My

Página 1 de 2



Estado do Paraná



PARECER JURÍDICO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N.º 017/2018. EMENTA:

Análise jurídico-formal das minutas de Edital de Tomada de Preços e de Contrato, os quais têm por objeto a aquisição e instalação de tubulação central de GLP, de acordo com as normas estabelecidas pelo corpo de bombeiros, nas dependências do Projeto Piá Luz do Futuro, conforme especificações contidas nos anexos do presente edital.

Sobre o procedimento em si, visualizo que está suficientemente embasado para análise prévia, o objeto é juridicamente possível e o teto foi estabelecido com base em tabelas oficiais. Esta procuradora não tem condições técnicas de analisar se o preço está ou não dentro do praticado no mercado, cabendo tal tarefa ao requerente.

Verifico que NÃO estão presentes as justificativas para exigir visita técnica. Ressalto que a exigência é possível desde que devidamente motivadas tais ausências devem ser SANADAS.

Analisadas as minutas do Edital de Tomada de Preços e do Contrato, superadas as ressalvas anteriores, opinamos que as mesmas atendem aos requisitos constantes da Lei n.º 8666/93, encontrando-se aptas para serem executadas.

Este é o parecer, que fica sob censura de outro entendimento que comprove melhor resguardo do interesse público.

Pato Bragado/PR, 02 de/julho de 2018.

Marilia Ap. da S. Luft

Procuradora Municipal

Portaria de nomeação nº 320 de 09/09/2014.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA PARA VISITA TÉCNICA

Justificativa, do Departamento de Engenharia, para a adoção de visita técnica obrigatória no instrumento convocatório do processo licitatório para instalação de tubulação de gás no Projeto Piá.

A exigência de visita técnica para a realização de contratação pública pode ser entendida como um mecanismo cautelar para evitar que haja, tanto para o licitante como para a Administração Pública, prejuízos de natureza econômica e/ou técnica durante a execução do contrato.

Através da visita técnica o licitante terá conhecimento do local de implantação da obra, podendo avaliar se há alguma incompatibilidade entre o meio físico, o projeto e o orçamento e se há algum empecilho nas instalações pré-existentes que pode tornar mais custoso o seu serviço. O licitante também irá verificar em loco as condições e os materiais necessários para a instalação da objeto no local, condições estas que não estão contempladas no projeto.

O departamento entende ainda que esta etapa não restringe a competitividade do certame, visto que não são impostos horários ou dias marcados para a realização da visita.

Pato Bragado – PR, 03 de julho de 2018.

Guilherme Rosinsk

Diretor do Depto. de Obras e Planejamento Urbano



No.Processo: 2018/06/001435

Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

CAPA DE PROCESSO

Data Protoc: Requerente .: CPF	05/06/18 MARLI KREUZ WOLLMANN 603.785.229-49 ADMINISTRAÇÃO PROTOCOLO PARA REQUISIÇÃO DE COMPRAS Avenida Willy Barth 45 3282-1355 85948000
SECRETARIA D	ERIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E/OU SERVIÇOS; DE ASSISTENCIA SOCIAL - SECRETÁRIA MARLI KREUZ WOLLMANN; DCUMENTOS EM ANEXO.
	Data Aprovação://
DATA	DESTINO
DATA 05/06/2	
DATA 05/06/2 06/06/1	
05/06/2	18 Chazorilado - Moria
05/06/2	18 Chorolodo - Moria 8 Jurídico - Juliano
05/06/2	18 Chmozorilado - Moria 8 Jurídico - Juliano 3 GABINER

Assinatura Requerente

Data: 05/06/2018 2018/06/001435 Hora:17:05:24 17-PROTOCOLO

Assunto...:005-ADMINISTRAÇÃO Subassunto.:009-PROTOCOLO REQUISIÇÃO DE

Requerente.: MARLI KREUZ WOLLMANN

CPF/CNPJ..:60378522949

REQUERIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAI SUMULA:



Estado do Paraná

Pato Bragado, Estado do Paraná, 05 de Junho de 2018.

MEMORANDO 02/2018

REQUERIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E/OU SERVIÇOS

DE: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARA: SETOR DE LICITAÇÃO

Viemos gentilmente solicitar ao Setor de Licitação, para que seja realizado Processo Dispensa de Licitação, cujo objeto é Aquisição de Serviço e materiais para instalação de central G.L.P, de acordo com as normas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, junto ao Projeto PIÁ Luz Do Futuro. Conforme termo de referência (ANEXO I), de acordo com notificação de fiscalização 3.2.01.17.0001050538-00 (em anexo) e de acordo com as seguintes informações:

Dotação Orçamentária:

rgão	Unidade	Função	Sub Função	Programa	P/A/O	Despesa	Categoria	Fonte
	11	08	243	1500	6.004	4589	3.3.90.39.00	505

Disponibilidade financeira: Atendida

Descrição completa dos Itens e Quantitativos: Conforme Termo de Referência (ANEXO I), e orçamentos anexo;

Motivação: A presente licitação visa à aquisição de serviço e materiais para instalação de tubulação nas centrais G.L.P junto ao Projeto Piá Luz Do Futuro, tendo em vista a recente fiscalização das edificações do Projeto Piá, realizada pelo Corpo de Bombeiros afim de averiguar denúncia no MP, a qual afirmava, que as edificações não atendiam as recomendações e normativas do Corpo de bombeiros. Diante da Notificação de Fiscalização nº 3.2.01.17.0001050538-00, expedida após fiscalização em loco pelos Bombeiros, justificamos a presente solicitação, por se tratar de uma adequação obrigatória para aprovação do estabelecimento no que diz respeito ao atendimento de crianças e adolescentes em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, garantindo que as mesmas sejam atendidas dentro dos padrões de segurança e qualidade.

Solicitamos que seja realizado processo de adequado para contratação do solicitado.

Atenciosamente,

Marli Kreuz Wollmann Secretaria de Assistência Social Marli kreuz Wollmann CPF 603 785 229-49

ANÁLISE JURÍDICA	GABINETE DO PREFEITO
(X) DEFERIDO () INDEFERIDO	() DEFERIDO () INDEFERIDO
MODALIDADE: TOMMADA DE PREGOS	
DATA: 291 06 2018	DATA:/



Estado do Paraná

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA (Com base no Orçamento de menor Valor)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN.	VL UNIT	TOTAL
01	Tubo de Emmenti 16 mm → Multicama da PEX	18	Mt	R\$30,00	R\$ 455,00
02	Conexão Emmenti 16mm	5	Un	R\$ 50,00	R\$ 250,00
03	Mangueira nitrílica flexível 1,20mt	1	Mt	R\$ 45.00	R\$ 45,00
04	Mão de Obra	1	(F) (S)	R\$ 350,00	R\$ 350,00

TOTAL GERAL

R\$ 1.100,00

- A execução do serviço será feita em parcela única, uma vez solicitado o serviço, deverão ser executados em até 10 (dez) dias, diretamente ao setor solicitante, ou seja a Secretaria Municipal de Assistência Social (Projeto Piá) sem custo adicional.
- O prazo de vigência do Contrato para o fornecimento será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da mesma, não podendo ser prorrogado.
- Os materiais a ser (em) fornecida(s) deverá (ão) obedecer às normas e padrões da ABNT e INMETRO, ser de boa qualidade e atender eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor, devendo apresentar ART de serviços.
- Os produtos a serem entregues deverão atender as condições mínimas propostas pela Licitante, na respectiva Proposta de Preços (orçamento) apresentada e termo de Referência, anexo deste Edital.

Condição de Pagamento: 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS, CONFORME DECRETO 1.054/94, APÓS ENTREGA E ACEITAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS OU MATERIAIS (CONFORME O CASO) E ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE COBRANÇA NO PROTOCOLO, NA FORMA DE CRÉDITO EM CONTA BANCÁRIA.

Local de Entrega: CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – RUA GUARAPUAVA Nº 2934, Centro.

Pato Bragado, Estado do Paraná, em 05 de Junho de 2018.

Marli Kreuz Wollmann Secretaria de Assistência Social

Marli kreuz Wollmann CPF 603 785 229-49 Secretária de Assistência social

VENDA E INSTALAÇÕES COMERCIAIS PARA BARES LANCHONETES E PADARIAS

> SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE REDES DE GÁS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE AQUECEDORES KOMECO E ÓRBIS

45 3254-1010

3254- 4788

Rua 15 de Novembro 540 Centro - Marechal Candido Rondon - Pr

Cliente:

Municipio de Pato Bragado

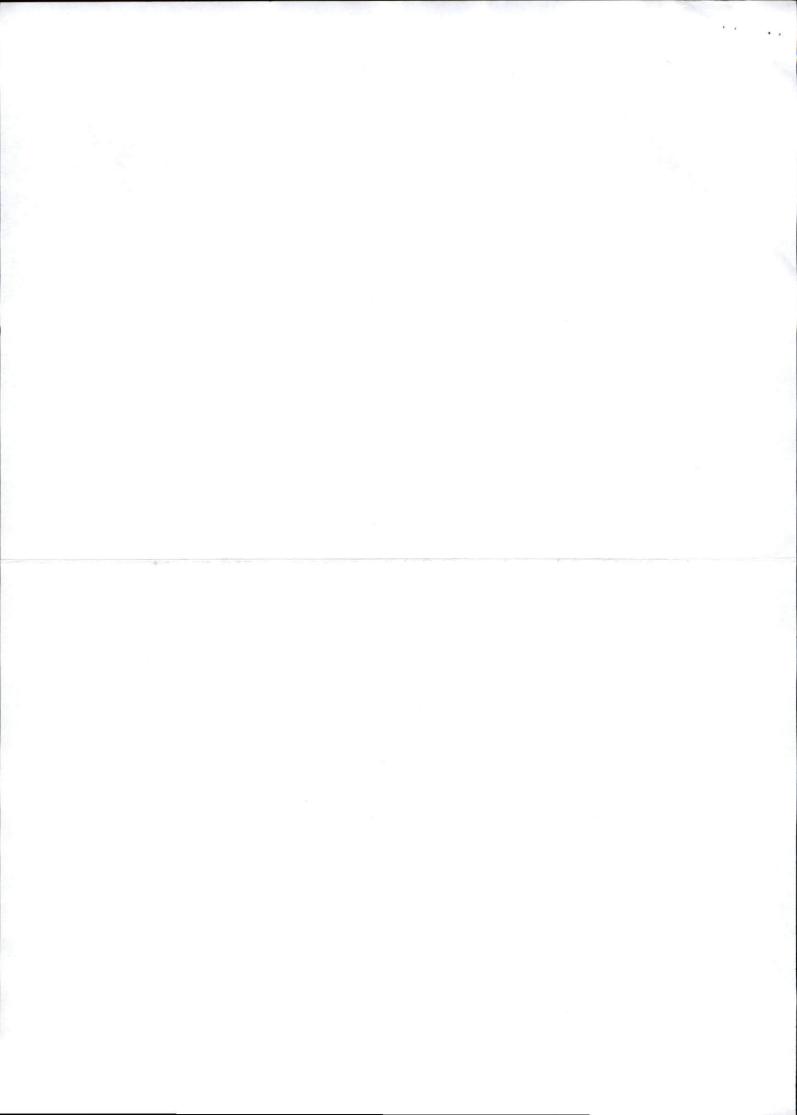
Obra:

Projeto Pia

End: Pato Bragado

25/05/2018

Descrição	Quantidade	Preço Unit.	Valor Total
Tubo Emmetti 16	18	R\$ 30,00	R\$ 455,00
Conexão Emmetti	5	R\$ 50,00	R\$ 250,00
Mangueira Nitrilica 1,20	1	R\$ 45,00	R\$ 45,00
Mão de Obra	1	R\$ 350,00	R\$ 350,00
			R\$ 0,00
		Total:	1.100,00





UTILAR INSTALAÇÕES COMERCIAIS LTDA ME

CNPJ: 06.044.819/0001-37 INSC:9029602791

AVENIDA JOSE JOÃO MURARO, 1135 SALA 01 JD. PORTO ALEGRE

CEP 85906-370

TOLEDO- PR

FONE: (45)3053-0124

Cliente:

MUNICIPIO DE PATO BRAGADO

Obra:

PROJETO PIA

30/05/2018

Descrição	Quantidade	Preço Unit	Valor Total
Tubo 16mm	18,00	32,00	576,00
conexão 16mm	5,00	52,00	260,00
Mangueira Nitrilica 1,20	1,00	48,00	48,00
Mão de obra	1,00	390,00	390,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			1.274,00

06.044.819/0001-37 90296027-91

UTILAR INSTALAÇÕES COMERCIAIS LIDA AVENDA JOSE JOAO MURARO, 1135, SL 01 JO. PORTO ALEGRE - CEP: 85906-3210 - TOLEDO-PR.





TECNI GÁS LTDA

FONE / FAX (45) 3378-2667

CNPJ: 07.896.224/0001-72

ORÇAMENTO

AV. MARIPÁ, 3958, CENTRO TOLEDO - PARANÁ - CEP 85.901-000

Cliente: MUNICIPIO DE PATO BRAGADO

OBRA: PROJETO PIA

END:

FONE/ FAX

30/05/2018

Descrição	Quantidade	Preço Unit		Valor Total	
	18,00	R\$		R\$	630,00
TUBO MULTICAMADA 16MM	5,00	R\$	55,00	R\$	275,00
CONEXÃO 16MM FLEXIVEL NITRILICO 1,20MT	1,00	R\$	52,00	R\$	52,00
	1,00	R\$	420,00	R\$	420,00
MÃO DE OBRA				R\$	-
					-
TOTAL				R\$	1.377,00

TecniGás Ltda CNPJ: 07.896.224/0001-72 Avenida Maripá, 3958 - Centro Cep:85901-000 - TOLEDO-PR



ESTADO DO PARANÁ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ 4GB - SPCIP MARECHAL CANDIDO RONDON



NOTF - NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO 3.2.01.17.0001050538-00

O Serviço de Prevenção Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná, fiscalizou o estabelecimento ocupado por CRAS - CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/ PROJETO PIÁ - PATO BRAGADO, constatando a necessidade de adequação em relação às seguintes medidas de segurança contra incêndio e pânico, por não estarem de acordo com as normas:

Localização:	
R GUARAPUAVA, 2934 - FUNDOS	
PATO BRAGADO	
85.948-000 PATO BRAGADO - PR	
Inscrição Imobiliária:	Indicação Fiscal:

Ramo Atividade Econômica (de acordo com o cnae)

4120/4-00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

Medidas de Segurança: SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA, ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA, SAÍDAS DE EMERGÊNCIA E EXTINTORES.

DOCUMENTAÇÃO

11 APRESENTAR PLANO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO PROJETO - PSCIP, APROVADO PELO CORPO DE BOMBEIROS.

CENTRAL DE G.L.P.

23 CONSTRUIR CENTRAL DE GLP DE ACORDO COM AS NORMAS.

24 INSTALAR PLACAS DE SINALIZAÇÕES NA CENTRAL DE GLP (INFLAMÁVEL E PROIBIDO FUMAR), CONFORME AS NORMAS.

SISTEMA DE PROTEÇÃO POR EXTINTORES

45 RECARREGAR EXTINTORES VENCIDOS.

MEIOS DE ABANDONO

58 INSTALAR SINALIZAÇÃO INDICANDO AS SAÍDAS, DE FORMA QUE FIQUEM PERMANENTEMENTE ILUMINADAS.

59 INSTALAR ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA, CONFORME NORMAS.

BRIGADA DE INCÊNDIO

81 APRESENTAR HABILITAÇÃO ESPECIFICA DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA FORMAÇÃO DA BRIGADA.

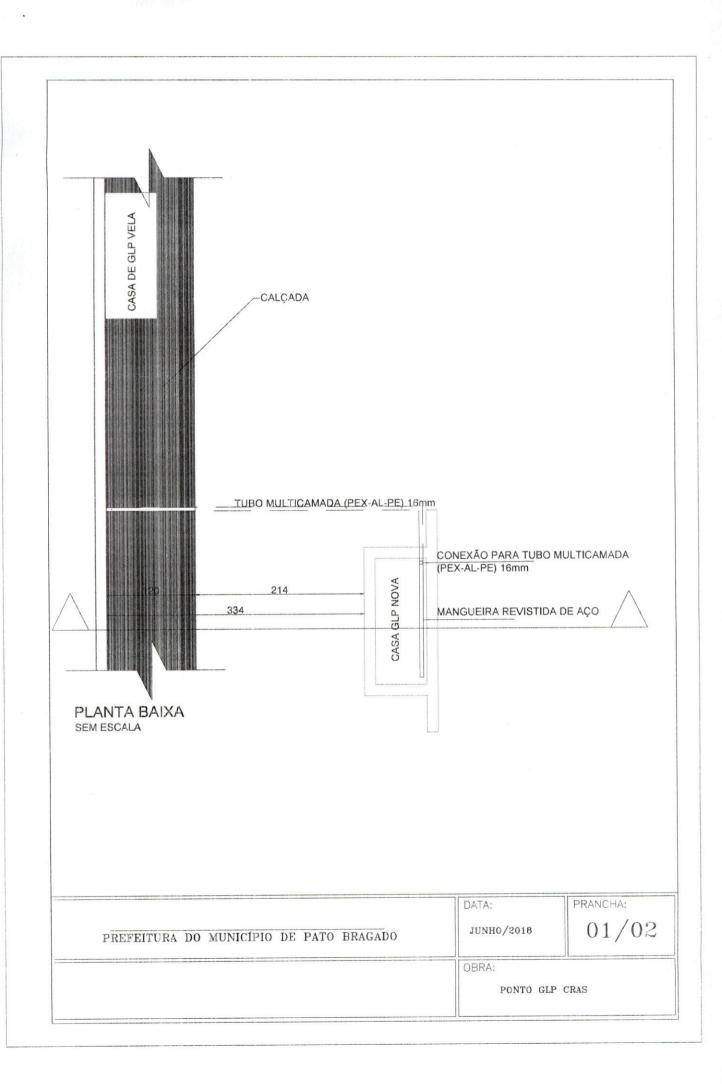
82 APRESENTAR CERTIFICADO DE TREINAMENTO DOS BRIGADISTAS.

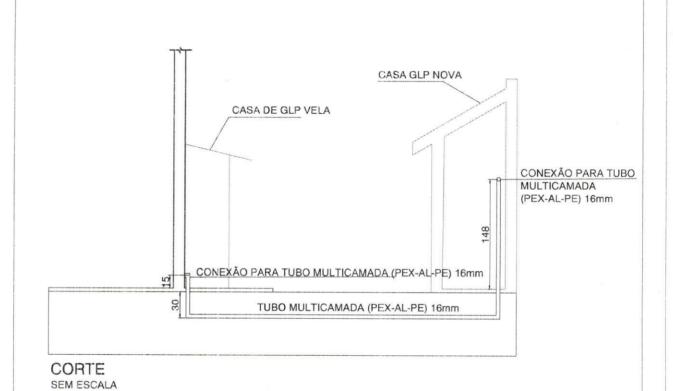
Itens Complementares:

- REPOSICIONAR EXTINTORES.

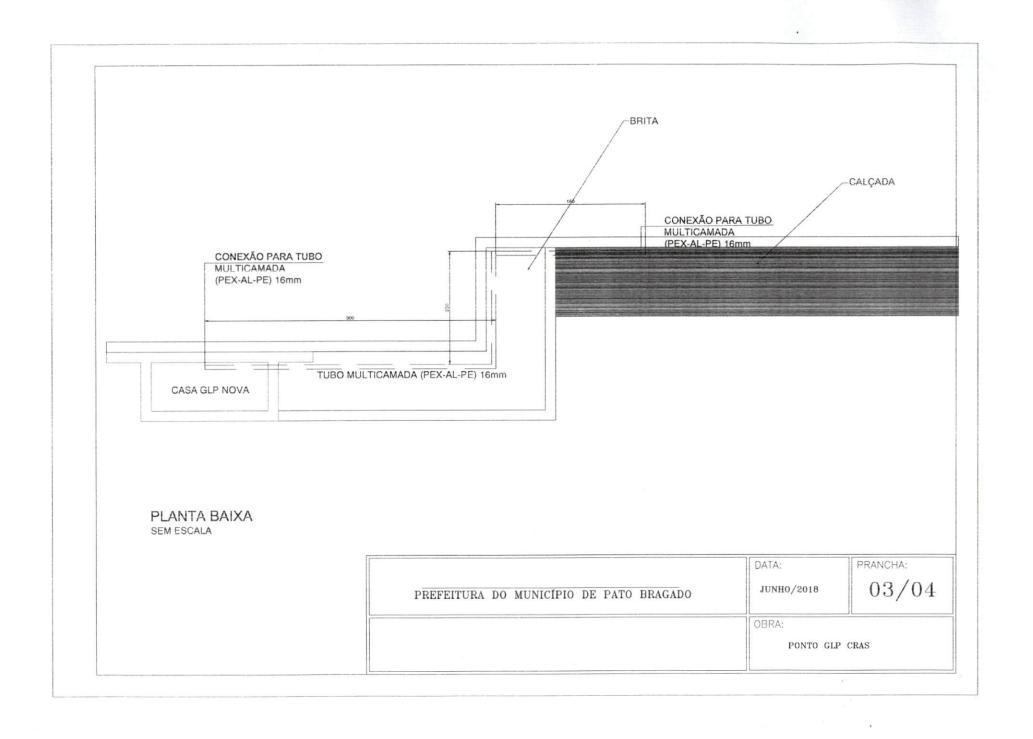
ESTE DOCUMENTO NÃO GERA DIREITO AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

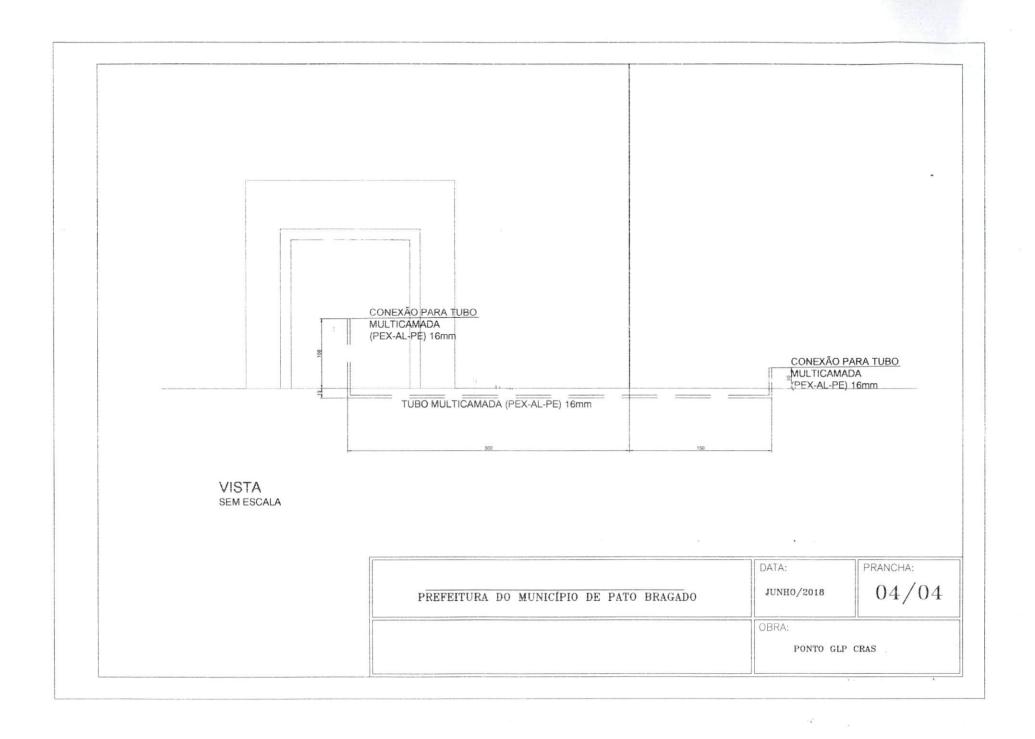
- Após regularização das pendência acima, dar reentrada no pedido de vistoria via internet, ou pessoalmente no Serviço de Prevenção portando este documento.
- O contribuinte fica NOTIFICADO que deverá adequar a edificação às normar conforme ítens constantes deste documento, e que se decorridos 30 (trinta) dias sem que seja informa a adequação ao Corpo de Bombeiros, será emitido Reprovação do Estabelecimento.
- Após emitida a Reprovação do Estabelecimento, a regularização será possível reiniciando o processo, inclusive com pagamento de nova taxa.

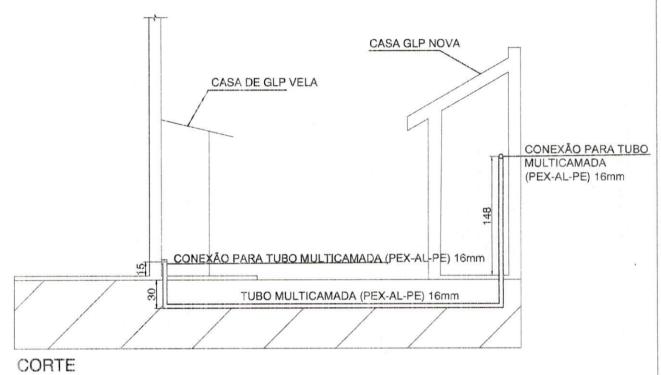




	DATA:	PRANCHA:	
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO	JUNH0/2018	02/0	
	OBRA:		
	PONTO GL	P CRAS	

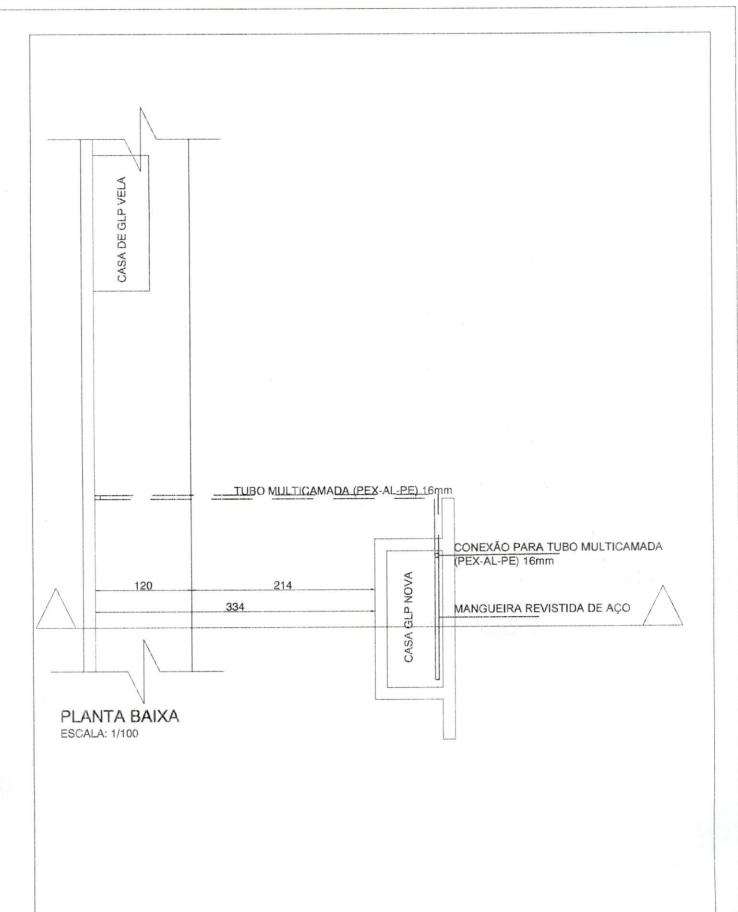






ESCALA: 1/100

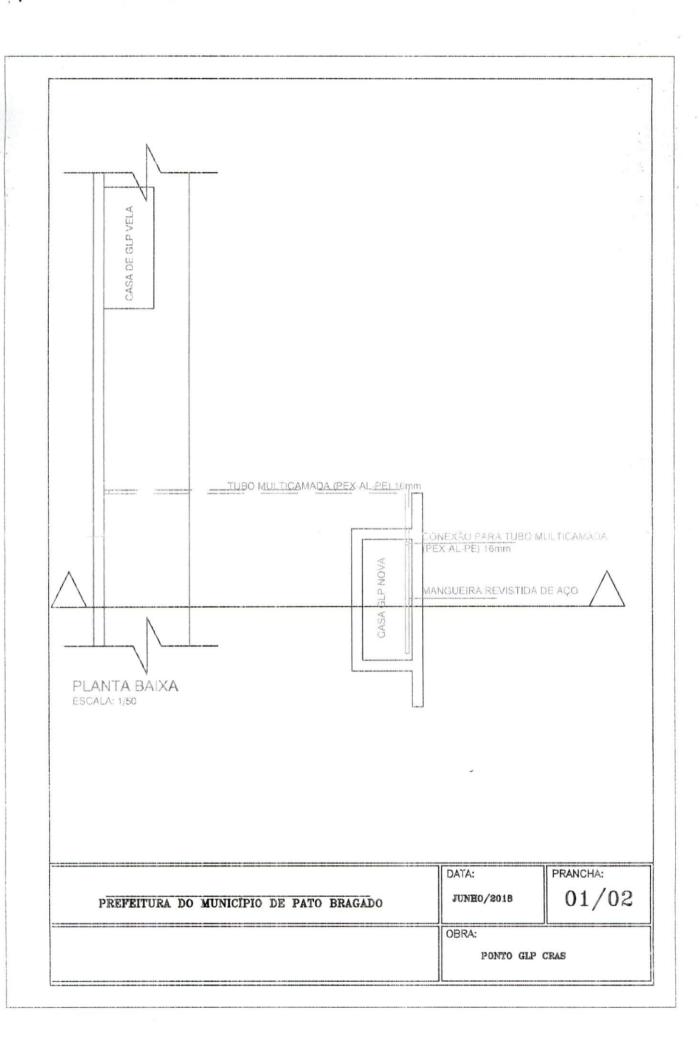
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO	DATA: JUNHO/2018	PRANCHA: 02/02
RUA GUARAPUAVA, 2934 CENTRO	OBRA:	· CRAS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO

OBRA:

PONTO GLP CRAS



3520 6375



Estado do Paraná

Pato Bragado, Estado do Paraná, 05 de Junho de 2018.

MEMORANDO 02/2018

REQUERIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E/OU SERVIÇOS

DE: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARA: SETOR DE LICITAÇÃO

46317

Viemos gentilmente solicitar ao Setor de Licitação, para que seja realizado Processo Dispensa de Licitação, cujo objeto é Aquisição de Serviço e materiais para instalação de central G.L.P, de acordo com as normas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, junto ao Projeto PIÁ Luz Do Futuro. Conforme termo de referência (ANEXO I), de acordo com notificação de fiscalização 3.2.01.17.0001050538-00 (em anexo) e de acordo com as seguintes informações:

Dotação Orçamentária: Categoria **Fonte** Despesa P/A/O Programa Unidade Função Sub Função Órgão 3.3.90.39.00 505 4589 6.004 1500 243 08 02

Disponibilidade financeira: Atendida

Descrição completa dos Itens e Quantitativos: Conforme Termo de Referência (ANEXO/I),/e

orcamentos anexo;

Motivação: A presente licitação visa à aquisição de serviço e materiais para instalação de Central G.L.P junto ao Projeto Piá Luz Do Futuro, tendo em vista a recente fiscalização das edificações do Projeto Piá, realizada pelo Corpo de Bombeiros afim de averiguar denúncia no MP, a qual afirmava, que as edificações não atendiam as recomendações e normativas do Corpo de bombeiros. Diante da Notificação de Fiscalização nº 3.2.01.17.0001050538-00, expedida após fiscalização em loco pelos Bombeiros, justificamos a presente solicitação, por se tratar de uma adequação obrigatória para aprovação do estabelecimento no que diz respeito ao atendimento de crianças e adolescentes em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, garantindo que as mesmas sejam atendidas dentro dos padrões de segurança e qualidade.

Solicitamos que seja realizado processo de Dispensa de Licitação tendo em vista a solicitação prévia de 3 orçamentos (em anexo), sendo que o orçamento com menor preço não

ultrapassa o valor máximo para dispensa.

Atenciosamente,

Marli Kreuz Wollmann Secretaria de Assistência Social

ANÁLISE JURÍDICA	GABINETE DO PREFEITO
() DEFERIDO () INDEFERIDO	(A) DEFERIDO () INDEFERIDO
MODALIDADE: LICITACA	
DATA: 13/06/2019 - Thurs.	DATA: 14106118 January



Estado do Paraná

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA (Com base no Orçamento de menor Valor)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN.	VL UNIT	TOTAL
ITEM 01	Tubo de Emmenti 16 mm	18	Mt	R\$ 30,00	R\$ 455,00
02	Conexão Emmenti 16mm	5	Un	R\$ 50,00	R\$ 250,00
03	Mangueira nitrílica flexível 1,20mt	1	Mt	R\$ 45,00	R\$ 45,00
04	Mão de Obra	1		R\$ 350,00	R\$ 350,00

TOTAL GERAL	R\$ 1.100,00
TOTAL GETTIE	

- A execução do serviço será feita em parcela única, uma vez solicitado o serviço, deverão ser executados em até 10 (dez) dias, diretamente ao setor solicitante, ou seja a Secretaria Municipal de Assistência Social (Projeto Piá) sem custo adicional.
- O prazo de vigência do Contrato para o fornecimento será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da mesma, não podendo ser prorrogado.
- Os materiais a ser (em) fornecida(s) deverá (ão) obedecer às normas e padrões da ABNT e INMETRO, ser de boa qualidade e atender eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.
- Os produtos a serem entregues deverão atender as condições mínimas propostas pela Licitante, na respectiva Proposta de Preços (orçamento) apresentada e termo de A Referência, anexo deste Edital.

Condição de Pagamento: 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS, CONFORME DECRETO 1.054/94, APÓS ENTREGA E ACEITAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS OU MATERIAIS (CONFORME O CASO) E ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE COBRANÇA NO PROTOCOLO, NA FORMA DE CRÉDITO EM CONTA BANCÁRIA.

Local de Entrega: CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – RUA GUARAPUAVA Nº 2934, Centro.

Pato Bragado, Estado do Paraná, em 05 de Junho de 2018.

Marli Kreuz Wollmann Secretaria de Assistência Social

MEMORANDO 120/2018

REQUERIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E/OU SERVIÇOS

DE: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARA: DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Viemos gentilmente solicitar ao Setor de Licitação, para que seja realizado Processo licitatório cujo objeto é aquisição de materiais e manutenção de bens móveis, utilizado para instalação de tubulação GLP junto as centrais do Projeto Piá Luz do Futuro , conforme termo de referência (ANEXO I), de acordo com a Lei Federal n. 8.666/93, alterações posteriores e de acordo com as seguintes informações:

Dotação Orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Sub Função	Programa	P/A/O	Despesa	Categoria	Fonte
13	2010	8	243	1500	04	4519	339030250000	505
13	2010	8	243	1500	4	4601	339039200000	505

Disponibilidade financeira: Atendida;

Descrição completa dos Itens e Quantitativos: Conforme Termo de Referência (ANEXO I) e orçamentos anexo, tendo em vista que foi adotado a média dos orçamentos em anexo para composição do preço descrito no termo de referência em anexo.

Motivação: a presente licitação visa a aquisição de materiais e contratação de serviço de mão de obra para instalação de tubulação nas centrais G.L.P Junto ao Projeto Piá Luz do Futuro, tendo em vista a recente fiscalização das edificações realizada pelo Corpo de Bombeiros afim de averiguar denúncia realizada junto ao MP a qual afirmava, que as edificações não atendiam as recomendações do Corpo de Bombeiros. Diante da notificação de fiscalização nº 3.2.01.17.0001050538-00, expedida após fiscalização em loco, Justificamos a Presente solicitação, por se tratar de uma adequação obrigatória para aprovação do estabelecimento no que diz respeito ao atendimento de Crianças e Adolescentes em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, garantindo que as mesmas sejam atendidas dentro dos padrões de segurança e qualidade.Solicictamos que seja realizado processo adequado para contratação do solicitado.

Observações: Aquisição de materiais para instalação de tubulação junto as Centrais G.L.P do projeto Piá Luz Do Futuro, bem como contratação de mão de obra especializada.

Solicitamos que seja realizado processo administrativo adequado para contratação de empresa(s) para suprir e atender as demandas expostas.

Atenciosamente.

Marli Kreuz Wollmann SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANÁLISE JURÍDICA	GABINETE DO PREFEITO			
(X) DEFERIDO () INDEFERIDO	() DEFERIDO () INDEFERIDO			
MODALIDADE: Tomana To Pregos				
DATA: 29/06/2018	DATA:/			

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

LUIE	IIEM	CD	DESCRIÇÃO	QTD	UN.	VL UNIT	TOTAL
1			TUBO MULTI CAMADAS 16MM PARA TUBULAÇÃO DE GÁS	18	МТ	30,00	540,00
1	2	30109	CONEXÃO 16MM PARA TUBULAÇÃO DE GÁS	5	UN	52,33	261,65
1	3	30110	FLEXIVEL NITRILICO 1,20MT PARA TUBULAÇÃO DE GÁS	1	UN	48,33	48,33
2	1	30111	MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO NAS CENTRAIS G.L.P. JUNTO AO PROJETO PIÁ LUZ DO FUTURO	1	UN	386,66	386,66
	TOTAL GERAL				F	\$ 1.236,64	

- A execução do serviço será feita em parcela única, uma vez solicitado o serviço, deverão ser executados em até 10 (dez) dias, diretamente ao setor solicitante, ou seja a Secretaria Municipal de Assistência Social (Projeto Piá) sem custo adicional.
- O prazo de vigência do Contrato para o fornecimento será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da mesma, não podendo ser prorrogado.
- Os materiais a ser (em) fornecida(s) deverá (ão) obedecer às normas e padrões da ABNT e INMETRO, ser de boa qualidade e atender eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor, devendo apresentar ART de serviços.
- Os produtos a serem entregues deverão atender as condições mínimas propostas pela Licitante, na respectiva Proposta de Preços (orçamento) apresentada e termo de Referência, anexo deste Edital.

Condição de Pagamento: 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS, CONFORME DECRETO 1.054/94, APÓS ENTREGA E ACEITAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS OU MATERIAIS (CONFORME O CASO) E ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE COBRANÇA NO PROTOCOLO, NA FORMA DE CRÉDITO EM CONTA BANCÁRIA.

Pato Bragado, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2018

Marli Kreuz Wollmann

Marli kreuz Wollmann CPF 603 785 229-49 Secretària de Assistência social



Estado do Paraná

Pato Bragado - PR, aos dois dias do mês de julho de 2018.

De: Secretaria de Finanças Para: Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor,

Informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes da Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para instalação de tubulação na central de GLP, de acordo com normas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, junto as dependências do Projeto Pia Luz do Futuro, conforme notificação 3.2.01.17.0001050538-00, conforme especificações contidas no Termo de Referência e Croqui anexos a este Edital, sendo que o pagamento será efetuado através das seguintes dotações orçamentárias:

02.000 - EXECUTIVO MUNICIPAL

02.010 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 0824315006.004 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO PIA

3.3.90.30.24.4518 – Material para manutenção de bens imóveis – Fonte 505

3.3.90.39.16.4594 – Manutenção e Conservação de bens imóveis – Fonte 505

Cordialmente

DJONI ALEANDER ROHDEN SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



Estado do Paraná

Pato Bragado – PR, aos dois dias do mês de julho de 2018.

De: Gabinete do Prefeito Municipal

Para: Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo.

Senhor Secretário:

Em vista da solicitação desta Secretaria Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para instalação de tubulação na central de GLP, de acordo com normas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, junto as dependências do Projeto Pia Luz do Futuro, conforme notificação 3.2.01.17.0001050538-00, conforme especificações contidas no Termo de Referência e Croqui anexos a este Edital, conforme previsto nos projetos e planilhas de serviços anexos ao edital, comunicamos que de conformidade com as informações do Departamento de Finanças e o Parecer da Procuradoria Jurídica, fica Vossa Senhoria autorizado a dar prosseguimento através da Comissão Permanente de Licitação, de abertura de processo licitatório na Modalidade "TOMADA DE PREÇOS", tipo "MENOR PREÇO GLOBAL" de acordo com o disposto na legislação vigente - Lei 10.520/2002, Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93..

Atenciosamente

LEOMAR ROHDEN Prefeito do Município



Estado do Paraná

EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS № 017/2018

TIPO DA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL.

INTERESSADO: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PATO BRAGADO – PR

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

O Município de Pato Bragado – PR, torna público, para conhecimento dos interessados, a Tomada de Preços n.º 017/2018, do tipo Menor Preço GLOBAL, nos termos do presente Edital e seus anexos, de acordo com o disposto na Lei 8666/93;

Aplica-se também neste Edital, as regras dispostas na Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Complementar n.º 147/2014, e em especial a Lei Municipal Complementar n.º 059/2015 e Decreto Municipal n.º 048/2015, que prioriza a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

1. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS.

- **1.1.** O horário para protocolo dos envelopes será até às 14h10min, do dia 26/07/2018, junto ao setor de protocolos da Municipalidade, Avenida Willy Barth 2885, Bairro Centro, Município de Pato Bragado/PR, CEP 85948-000, para entrega do Envelope nº 01, com os documentos de habilitação, e nº. 02, com a proposta, além das declarações complementares.
- **1.2.** Declarada a abertura da sessão pela Comissão de Licitações não mais serão admitidos novos proponentes, nem tão poucos ingresso de novos documentos, alheiros aos integrantes dos Envelopes Protocolados e em posse atual dos licitantes presentes.

2. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA.

- 2.1. Às 14h20min, do dia 26 de julho de 2018, nas dependências da Sala do Departamento de Licitações da Prefeitura de Pato Bragado/PR, será realizada a sessão pública, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e a conferência dos documentos.
- **2.2.** A proponente deverá entregar à comissão de licitação, no local, na data e na hora fixados neste edital os seguintes envelopes:
 - a) Envelope nº 1 − Documentos de Habilitação;
 - b) Envelope nº 2 − Proposta de Preços
 - 2.3.1 Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:



Estado do Paraná

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇOS N.º xxx/xxx

DATA DE ABERTURA: - HORÁRIO: xxxhxxmin

ENVELOPE N.º 01 - " DOCUMENTAÇÃO "

LICITANTE: XXX

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇOS N.º xxx/xxx

DATA DE ABERTURA: - HORÁRIO: xxhxxmin

ENVELOPE N.º 02 - " PROPOSTA "

LICITANTE: XXX

- 2.3. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-las via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital.
 - 2.3.1. Caso opte pelo encaminhamento dos envelopes por meio de mensageiro ou outro meio similar, os envelopes deverão ser protocolados até o horário previsto no item 1.11.1;
 - 2.3.2. Em caso encaminhamento via Correios, a correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação no endereço indicado no Item 1.1 deste Edital e conter os dois envelopes acima mencionados, além das declarações complementares, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil do momento marcado para abertura da sessão pública.

3. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 3.1 O objeto da presente licitação é Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para instalação de tubulação na central de GLP, de acordo com normas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, junto as dependências do Projeto Pia Luz do Futuro, conforme notificação 3.2.01.17.0001050538-00, conforme especificações contidas no Termo de Referência e Croqui anexos a este Edital.
- O Critério de julgamento das propostas é do tipo menor PREÇO GLOBAL.
 - 3.2 Os materiais a serem fornecidos e os serviços a serem prestados deverão ser executados em conformidade com as especificações constantes no termo de Referencia e Croqui anexos a este edital de licitação.
 - 3.3 Concluídos os serviços, a empresa CONTRATADA deverá deixar os ambientes limpos e livres de entulhos decorrentes dos serviços.
- 3.4 A empresa deverá apresentar a ART/RRT de Execução dos serviços, emitido pelo CREA/CAU, devidamente recolhida e quitada antes do início dos trabalhos.
 - As empresas terão o prazo de até 15 (quinze) dias após assinatura do contrato para apresentar os documentos, sob pena de julgamento de não cumprimento do contrato.
- 3.5 As despesas decorrentes de alimentação e deslocamento da equipe de trabalho serão por conta exclusivas da empresa contratada.
- 3.6 Ficará a cargo das empressa CONTRATADAS todas as providências e despesas correspondentes a instalações, mão de obra, maquinário e ferramentas necessarias à instalação da tubulação junto a casa de gaz do Projeto Pia.
- 3.7 As empresas deverão realizar os serviços de acordo com as especificações contidas nos anexos deste edital.





Estado do Paraná

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- **4.1.** Somente poderão participar deste procedimento licitatório empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiver, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, de acordo com exigência do inciso I, art. 48 da referida lei:
 - Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:
 - I deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- **4.2.** Para efeitos de participação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta licitação, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, são considerados:
 - **4.2.1.** Microempresa o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufira, em cada anocalendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais).
 - **4.2.2.** Empresa de Pequeno Porte o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).
 - 4.2.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes desta licitação deverão comprovar seu enquadramento e condição através de Declaração, nos termos do item 6 e seus sub itens deste Edital, facultado ao pregoeiro, se for o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento do LICITANTE como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte diante das normas da Lei.
- **4.3.** A empresa deverá possuir Cadastro de Fornecedor deste Município válido e compatível com o objeto da presente Licitação.
- 4.4. Não poderão participar desta Tomada de Preços:
- a) Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste certame.
- b) Empresas que não atenderem às condições deste edital;
- c) Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;
- d) Empresas impedidas de licitar ou contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 28 do Decreto nº 5.450/05) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III, da Lei nº 8.666/93)
- e) Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98;
- f) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- g) Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;
- h) Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);
- i) Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.
- j) Empresas reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- k) Empresas cujo rol societário encontre-se dentro das proibições do art. 9º da Lei 8666/93
- 4.5A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.
- 4.60 descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.
- 4.7Os proponentes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste EDITAL e seus ANEXOS; do local de execução dos serviços, devendo verificar as condições atuais sem poder invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do contrato, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.





Estado do Paraná

- 4.8A participação nesta Licitação importa ao proponente a irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente EDITAL e seus ANEXOS, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.
- 4.9As empresas deverão apresentar proposta de preços com o valor GLOBAL, conforme modelo anexo;
- 4.10 O proponente arcará com todos os custos diretos ou indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado do processo licitatório.
- 4.11 Todos os documentos elaborados pelos proponentes deverão ser apresentados em papel timbrado da empresa, ou conter identificação com o Carimbo do CNPJ da mesma.
- 4.12 Não serão consideradas propostas que apresentarem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.
- 4.13 É vedada a qualquer pessoa, representar na presente licitação mais de uma empresa, em qualquer das etapas deste certame.
- 4.14 O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

5. DO REPRESENTANTE E DO DO CREDENCIAMENTO

- **5.1.** Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:
 - **5.1.1. Titular da empresa licitante**, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
 - **5.1.2.** Apresentar prova que não está impedida de licitar perante o Tribunal de Contas do Estado sede da Licitante do CPF do credenciado titular da empresa licitante para o Certame. (https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx).
 - **5.1.3.** Representante designado pela empresa licitante, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas;
 - **5.1.4.** Apresentar prova que não está impedida de licitar perante o Tribunal de Contas do Estado sede da Licitante do CPF do credenciado para o Certame. (https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx).
- 5.2. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO ENVELOPE № 1

- **6.1.** A habilitação a presente licitação será feita através da apresentação do invólucro nº 01, deverão ser apresentados de acordo com o item 6.8 contendo:
 - **6.1.1.** Certificado de Registro de Fornecedor fornecido pelo Município de Pato Bragado, válido na data de abertura da presente licitação e na especialização compatível com o objeto licitado;





Estado do Paraná

- 6.1.2. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, ou outro instrumento de registro comercial, devidamente registrado, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Caso as certidões sejam apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas válidas aquelas emitidas há no máximo 60 (sessenta) dias;
- 6.1.3. Registro comercial, no caso de empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 6.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de nomeação da diretoria em exercício;
- 6.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 6.1.6. Procuração por instrumento público ou particular, na qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame (Tratando-se de procurador);
- 6.1.7. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mediante apresentação do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, expedido pela Secretaria da Receita Federal (CARTÃO DO CNPJ);
- 6.1.8. Certificado de Regularidade do FGTS CRF, demonstrando situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, expedido pela Caixa Econômica Federal (FGTS);
- 6.1.9. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedido pela Secretaria da Receita Federal (FEDERAL);
- 6.1.10. Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual, expedido pela Secretaria de Estado da Fazenda (ESTADUAL);
- 6.1.11.Certidão Negativa de Tributos Municipais, expedido pela Prefeitura Municipal da sede da proponente (MUNICIPAL);
- 6.1.12. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedido pelo Tribunal Superior do Trabalho (TRABALHISTA);
- 6.1.13. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedido pelo Distribuidor da sede da proponente, devendo estar dentro do prazo de validade, conforme expresso no documento. Caso as certidões sejam apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas válidas aquelas emitidas há no máximo 60 (sessenta) dias;
- 6.1.14.Certidão expedida pela Corregedoria Geral do Estado, informando o número de Cartório(s) Distribuidor(s) e de Protesto (s) existente na Comarca sede da Empresa, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas;
- 6.1.15. Certidão Negativa de Protestos emitida por todos os cartórios existentes na comarca da sede da licitante, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento;
- 6.1.16.Declaração de Enquadramento em regime de tributação de Micro-Empresa e/ou Empresa de Pequeno Porte, caso a empresa esteja enquadrada nesta situação (Declaração de Enquadramento), conforme modelo anexo;
- 6.1.17. Declaração de que não existe fato impeditivo para participação da empresa em licitações públicas ou mesmo de contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas (Declaração de Idoneidade), conforme modelo anexo;
- 6.1.18. Declaração de que não possui em seu quadro funcional, menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do



Estado do Paraná

- art. 7 da Constituição Federal (Declaração de Responsabilidade Trabalhista), conforme modelo anexo;
- 6.1.19. Declaração de que recebeu e concorda com todas as condições estabelecidas pelo presente edital e documentos pertinentes e que obteve todas as condições para participar desta licitação (Declaração de Recebimento e/ou Acesso à Documentação), conforme modelo anexo;
- **6.1.20.**Declaração de que assume a inteira responsabilidade pela perfeita execução dos serviços prestados e/ou entrega do objeto (Declaração de Responsabilidade), conforme modelo anexo;
- **6.1.21.**Declaração de que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos que foram apresentados, sob as penas da Lei (Declaração de Autenticidade), conforme modelo anexo;
- 6.1.22.Declaração da proponente, de que manterá na obra e durante o período da execução dos serviços, responsável técnico devidamente registrado junto ao CREA/CAU e que disporá de pessoal técnico necessário para a perfeita execução do objeto contratual (Declaração de Obrigações), conforme modelo anexo;
- **6.1.23.**Declaração contendo dados e informações da empresa para fins de assinatura do contrato (Declaração de Informações), conforme modelo anexo;
- 6.1.24. Declaração de Negativa de Parentesco, conforme modelo anexo;
- **6.1.25.** Certidão de Registro e Regularidade junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU, do seu responsável técnico;
- 6.1.26. Comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a proponente, mediante registro em carteira de trabalho e ficha de registro da empresa ou contrato de prestação de serviços. Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo técnico como responsável técnico por mais de um proponente.
- **6.1.27.**Comprovante de que a empresa licitante possua capital social registrado e integralizado de no mínimo 10% (dez por cento) do valor máximo estipulado para a licitação;
- 6.1.28. Atestado de visita técnica fornecida pelo Município, comprovando que a empresa, através de seu responsável técnico, visitou e teve livre acesso aos locais da instalação dos abrigos. A visita técnica deverá ser agendada junto ao setor de engenharia do Município, pelo fone (45) 3282-1355.
- 6.1.29. Apresentar prova que não está impedida de licitar perante o Tribunal de Contas do Estado sede da Licitante (TCE/PR)

 (https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx) e TCU

 (Tribunal de Contas da União)

 (https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces);
- **6.1.30.** Apresentar prova que não está impedida de licitar perante o Tribunal de Contas do Estado sede da Licitante do CPF dos sócios da empresa para o Certame. (https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx)

Nota: para as empresas que possuem filiais, fica determinado que a prova de regularidade quanto aos tributos federais, dívida ativa da união e débitos previdenciários deverá ser com o CNPJ da matriz, e as demais certidões deverão estar com o número do CNPJ da LICITANTE, que se julgada vencedora deste certame, posteriormente emitirá notas fiscais, sob pena de inabilitação.

- **6.2.** A Proposta de Preços, a ser apresentada em conformidade com o modelo constante no Anexo deste Edital, e deverá ser elaborada em papel timbrado da proponente e redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, não contendo rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, que dificultem sua análise sob pena de desclassificação;
- **6.3.** A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, fica condicionada à verificação de sua validade e são dispensadas de autenticação. Não serão aceitas quaisquer cópias efetuadas através de fac-





Estado do Paraná

símile, bem como não serão aceitas certidões que contenham ressalvas de que "não são válidas para fins de licitação".

- **6.4.** A documentação de que trata os itens deste Anexo, deverão estar dentro do prazo de validade na data prevista para a abertura dos envelopes, e em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido entregues na sessão própria, bem como não será permitida documentação incompleta, protocolo ou quaisquer outras formas de comprovação que não sejam as exigidas neste Edital.
- **6.5.** A falsa declaração do proponente, para fins do disposto nos itens deste Anexo, implicará na sua inabilitação no processo administrativo competente, além das implicações da legislação penal.
- **6.6.** As empresas que desejarem obter o CRC Certificado de Registro Cadastral do Município de Pato Bragado poderão consultar a documentação necessária junto à Secretaria de Administração (45 3282-1355).
- **6.7.** A comissão efetuará a avaliação do ramo de atividade, caso necessário, através da descrição contida no CRC Certificado de Registro Cadastral ou através do Contrato Social / Certidão Simplificada da Junta Comercial.
- **6.8.** Os documentos necessários à habilitação da proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão de Licitação, mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial.
- **6.9.** A omissão ou desconformidade na apresentação de qualquer dos documentos exigidos para a habilitação do Licitante acarretará a declaração de sua inabilitação.
- **6.10.** As microempresas e empresas de pequeno porte poderão gozar dos privilégios concedidos pela Lei Complementar n.º 123/2006.
- **6.11.** A Comissão Permanente de Licitações se reserva o direito de conferir a autenticidade dos documentos apresentados no envelope nº 1, mediante a apresentação dos originais.
- **6.12.** Caso o proponente encaminhe representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar carta de credenciamento ou procuração, conforme modelo anexo, a qual deverá ser entregue à Comissão de Licitação na data de abertura dos envelopes.

7. BENEFÍCIOS ÀS PROPONENTES PARTICIPANTES COM EMPRESAS CLASSIFACADAS COMO MICRO EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

7.1A licitante que se enquadra como empresa enquadrada/classificada como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar a documentação para tal.

7.2Caso a Licitante enquadrada como ME ou EPP, apresente alguma restrição na documentação exigida neste Edital para habilitação, com relação à Regularidade Fiscal, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.2.1 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no Inciso anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, onde serão convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato.

7.3Com base no Art. 44. da Lei Complementar 123/2006, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte nas situações em que as propostas finais, apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 05% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, apresentada por empresa considerada de Grande Porte.



Estado do Paraná

8. DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA.

O Termo de Referencia e Croqui serão entregues junto com o edital. O edital com seus anexos estará disponível aos interessados para download no site do município: www.patobragado.pr.gov.br na aba "Licitações – Licitações abertas".

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 9.1. Encerrada a fase de habilitação, passar-se-á a fase de conferência das propostas.
- **9.2.** O invólucro nº 2 deverá conter a <u>carta proposta</u>, conforme modelo anexo, datado e assinado pelo representante legal da licitante, isenta de emendas, rasuras, ressalvas e/ou entrelinhas, contendo, necessariamente, além dos elementos mencionados, as seguintes condições:
 - **9.2.1.** Especificação do objeto, observadas as quantidades e características mínimas exigidas no presente instrumento convocatório.
 - 9.2.2. As especificações dos serviços estão contidas nos anexos, Termo de referência e Croqui.
 - 9.2.3. Prazo de validade da proposta (mínimo de 60 dias), que será contado a partir da data da sessão pública. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento;
 - 9.2.4. Prazo de entrega e execução do objeto será de até 30 (trinta) após a emissão da ordem de solicitação e/ou serviços;
 - **9.2.5.** Vigência do Contrato: 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato ou emissão da ordem de serviços;
 - 9.2.6. Conter assinatura do representante da pessoa jurídica licitante;
 - 9.2.7. Conter os dados bancários da empresa (Obrigatório);
 - **9.2.8.** Os valores unitários de cada material e do serviço cotado na proposta deverá ser igual ou inferior ao valor unitário, aprovado na análise técnica, conforme anexo.
 - 9.2.9. No preço cotado, deverão ser incluídas obrigatoriamente, todas as despesas inerentes ao objeto licitado, incluindo frete, encargos sociais, fiscais, comerciais, administrativos, lucros e quaisquer outras despesas de tributos, impostos e encargos incidentes sobre o objeto, não se admitindo qualquer adicional;
 - **9.2.10.** Cotação do valor Global para a execução dos serviços, detalhado conforme termo de Referência em anexo.
 - 9.2.11.A proposta comercial deverá ser preenchida preferencialmente por meios mecânicos, em papel com timbre do proponente, sem emendas, entrelinhas ou borrões, que possam prejudicar a sua inteligência e autenticidade, da qual deverão constar os itens abaixo:
 - **9.2.11.1.** Preços Globais, já inclusos todos os impostos, inclusive Impostos sobre Serviços ISS, seguro, taxas e demais encargos pertinentes;
 - 9.2.11.2. Conter a tabela abaixo:

DESCRICÃO	VALOR	PERCENTUAL
MATERIAL	R\$	
MÃO-DE-OBRA	R\$	
TOTAL	R\$	

- 9.2.11.3. Condição de pagamento: De acordo com o disposto neste Edital;
- 9.2.12. As propostas que apresentarem omissões e acréscimos de itens e valores serão desclassificadas.
- 9.2.13.As empresas que apresentarem suas propostas com erros de cálculos aritméticos, e desde que não haja substituição dos preços unitários originais, serão oficiadas pela Comissão para apresentarem nova proposta com as devidas correções.
- **9.2.14.**Na hipótese do item anterior, será considerado para efeito de julgamento, o preço global apresentado na planilha, efetuadas as devidas correções.





- **10.1.** No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.
 - 10.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.
 - **10.1.1.1.** Declaração de enquadramento da licitante como Microempresa ME, Empresa de Pequeno Porte EPP apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- **10.2.** Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.
- **10.3.** A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 Documentos de Habilitação.
 - 10.3.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes, e CONSULTADO O CADASTRO DE FORNECEDOR MUNICIPAL, se for o caso.
- **10.4.** Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope n° 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.
- **10.5.** Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes n° 02 Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.
- **10.6.** Não ocorrendo à desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, o Envelope n° 02 Proposta de Preços será rubricada pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.
- **10.7.** Ultrapassada a fase de habilitação e abertas às propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- **10.8.** As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Instrumento Convocatório.
- **10.9.** Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, sanando as causas que as inabilitaram ou desclassificaram.
- **10.10.**Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.
- 10.11. Será considerado inabilitado o licitante que:
 - 10.11.1. Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ou não comprovar sua habilitação por meio do cadastro de fornecedor do Município.
 - 10.11.2. Incluir a proposta de preços no Envelope nº 01.
 - **10.11.3.** Constatação de existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada.
- **10.12.**A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.



Estado do Paraná

11.CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

- **11.1.** Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das entidades licitantes presentes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das mesmas e utilizar-se, se for o caso, de assessoramento técnico específico, através de parecer que integrará o processo.
- **11.2.** A Comissão de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- **11.3.** Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.
- 11.4. As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos.
- **11.5.** A Comissão de Licitação verificará a sede das empresas licitantes classificadas. Havendo microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas com sede no Município de Pato Bragado/PR, procederá à comparação com os valores da primeira colocada, se esta empresa não estiver sediada no Município de Pato Bragado/PR aplicar-se-á o disposto nos incisos I e II do Artigo 1º do Decreto Municipal n.º 048/2015.
 - 11.5.1.Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas sediadas no Município de Pato Bragado/PR que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
 - 11.5.2.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, desde que manifeste interesse imediato, no prazo de 15 (quinze) minutos, caso esteja presente na sessão ou no prazo de 1(um) dias, contados da comunicação da Comissão de Licitação, na hipótese de ausência. Neste caso, a oferta deverá ser escrita e assinada para posterior inclusão nos autos do processo licitatório.
- 11.6. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas sediadas no Município de Pato Bragado/PR melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas sediadas no Município de Pato Bragado/PR que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, nos mesmos prazos estabelecidos no subitem anterior.
- 11.7. Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas sediadas no Município de Pato Bragado/PR empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão de Licitação realizará imediatamente o sorteio dentre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá reduzir a oferta.
- **11.8.** Com base no Art. 44. da Lei Complementar 123/2006, será assegurada, como critério de desempate (empate ficto), preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas fora do Município de Pato Bragado, nas situações em que as propostas finais, apresentadas por estas sejam iguais ou até 05% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, apresentada por empresa considerada de Grande Porte.
- **11.9.** Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.
- **11.10.**Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por meio de sorteio, que será realizado na mesma sessão, ou caso não seja possível, os licitantes habilitados serão convocados para data determinada pela Comissão de Licitações.
- **11.11.**Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, sanadas das causas de desclassificação.
- 11.12. Será desclassificada a proposta que:



Estado do Paraná

- 11.12.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- **11.12.2.** Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- 11.12.3. Não apresentar as especificações técnicas exigidas no projeto básico ou anexos;
- **11.12.4.** Contiver oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;
- 11.12.5. Apresentar, na composição de seus preços:
 - 11.12.5.1. Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;
 - **11.12.5.2.**Quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.
- **11.12.6.** Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;
 - **11.12.6.1.**Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou (b) Valor orçado pela Administração.
- 11.12.7. Nessa situação, será facultado ao licitante, desde que o mesmo manifeste interesse imediato, o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei n° 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.
- **11.13.**Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
 - **11.13.1.** Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto seguir-se-a disciplina antes estabelecida, no subitem 11.5 se for o caso.
- **11.14.**Do julgamento das propostas e da classificação, será dada ciência aos licitantes para apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.
- **11.15.**Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Comissão de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para homologação do resultado do certame pela autoridade competente e, após, adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.
- **11.16.**A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.
- **11.17.**O resultado do certame será divulgado na imprensa local (Jornal O Presente e no Diário Oficial Eletrônico do Município.

12.PREÇO

12.1. O Teto Máximo será R\$ 1.279,40 (um mil duzentos e setenta e nove reais e quarenta centavos). Os preços devem incluir, além do lucro, todas as despesas e custos como frete, seguro, tributos de qualquer natureza e demais despesas relacionadas ao objeto desta Licitação, sejam elas diretas ou indiretas.

13.DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Os recursos contra o julgamento da habilitação ou das propostas terão efeito suspensivo e deverão ser interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da divulgação do resultado, na data da ata correspondente.





Estado do Paraná

- **13.1.1.**Aplica-se o disposto neste item aos recursos interpostos contra a anulação ou revogação do procedimento licitatório.
- **13.2.** Os recursos deverão ser dirigidos à autoridade superior, por intermédio da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-los subir, devidamente informados, para decisão final, a ser proferida em 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento.
- 13.3. Os recursos deverão ser interpostos junto ao protocolo Geral do Município.
- **13.4.** Uma vez interposto, o recurso será comunicado às demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- **13.5.** Os autos do processo da licitação estarão com vista franqueada aos interessados a partir da intimação/divulgação das decisões recorríveis, na repartição incumbida do procedimento.
- **13.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.DO TERMO DE CONTRATO

- **14.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, deverá ser firmado Termo de Contrato, prorrogável na forma dos art. 57, § 1° e 79, §5º da Lei n° 8.666/93.
- **14.2.** O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
 - 14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja devolvido assinado no prazo de assinado no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de seu recebimento.
 - **14.2.2.**O prazo para assinatura e devolução do Termo de Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- **14.3.** Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação para celebrar a contratação nas mesmas condições da proposta vencedora, sem prejuízo das sanções previstas em Lei.

15.DOS PRAZOS, DA VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DO CONTRATO.

- 15.1. O Contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados da data de assinatura do mesmo.
- **15.2.** Será possível a prorrogação do prazo de vigência do contrato, limitado aos prazos estabelecidos no art. 57 da Lei 8.666/93 e desde que haja interesse por parte da contratante.
- **15.3.** A empresa contratada deverá executar os serviços em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato/ordem de serviço.
- **15.4.** Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a apuração e recolhimento de todas as obrigações, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato, os quais obrigatoriamente devem fazer parte da proposta de preço.
- **15.5.** O Contrato conterá cláusula de rescisão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, nas hipóteses previstas no Art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que a CONTRATADA, por isso, tenha direito a qualquer reclamação ou indenização, salvo pelos serviços executados até o momento da rescisão.





Estado do Paraná

16.DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO/REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

- **16.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a realização dos serviços de instalação dos abrigos, mediante apresentação dos documentos de cobrança contratualmente definidos, que somente serão processados após liberação do órgão competente.
- 16.2. Condições mínimas de pagamento:
 - **16.2.1.1.** Para o Pagamento a contratada deverá apresentar a ART de execução devidamente recolhida.
- 16.3 O valor do contrato será fixo e irreajustável.

17 DO ENGENHEIRO INDICADO PARA ACOMPANHAMENTO E DO RESPONSÁVEL PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 17.1 O engenheiro responsável pelo acompanhamento da prestação dos serviços é o servidor vinculado ao Setor de Engenharia do Município de Pato Bragado PR (45) 3282-1355.
- 17.2 A instalação será fiscalizada e vistoriada pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal. O Objeto do contrato administrativo a ser assinado será continuamente recebido pelo fiscal da CONTRATANTE, para avaliação de que os serviços foram executados de acordo com o previsto na proposta pela parte e no futuro contrato administrativo.
- 17.2.10 recebimento não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança com que deverá ser entregue o objeto contratado.
- 17.2.2A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com a proposta aprovada pelas partes e/ou como previsto no contrato.

18 PREVISÃO ORCAMENTÁRIA

18.1 Para fazer face às despesas previstas nesta Licitação, serão utilizados recursos orçamentários previstos na seguinte Dotação orçamentária:

02.000 - EXECUTIVO MUNICIPAL

02.010 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 0824315006.004 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO PIA

3.3.90.30.24.4518 – Material para manutenção de bens imóveis – Fonte 505

3.3.90.39.16.4594 – Manutenção e Conservação de bens imóveis – Fonte 505

19 DOS REQUERIMENTOS DE ESCLARECIMENTOS EM RELAÇÃO AO EDITAL

- 19.1 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 19.2 A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 19.3 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 10 do art. 113 da referida Lei.
- 19.4 A impugnação deverá ser dirigida à autoridade subscritora do Edital, ser devidamente protocolado no setor de Protocolos da Prefeitura do Município de Pato Bragado, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, durante o horário normal de expediente, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
- 19.4.1Não serão aceitas impugnações por fax, e-mail ou de forma verbal, devendo as mesmas estarem devidamente motivadas.



Estado do Paraná

19.5 O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.

20 DAS PENALIDADES

- 20.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:
- 20.1.1Advertência por escrito;
- 20.1.2Multa de mora de 1% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;
- 20.1.3 Multa compensatória de 5% sobre o valor do contrato;
- 20.1.4Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 20.1.5Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- 20.2 A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:
- 20.2.1Advertência por escrito;
- 20.2.2Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 0,5% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 dias;
- 20.2.3Em caso de inexecução total, multa compensatória de 10% sobre o valor do contrato;
- 20.2.4Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 20.2.5Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- 20.3 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, será declarado inidôneo para licitar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.
- 20.4 As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:
- 20.4.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 20.4.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 20.4.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 20.5 As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.
- 20.6 A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração em caso do infrator tenha sido contratado ou será inscrito em dívida ativa, caso o licitante não se sagre vencedor do certame.
- 20.7 Todas as sanções previstas neste item são de competência exclusiva do Chefe do Executivo



Estado do Paraná

21 DOS ANEXOS AO EDITAL

- 21.1 Constituem-se anexos do presente edital:
- 21.1.1Anexo I Termo de Referência;
- 21.1.2 Anexo II Modelo de Declaração de Enquadramento;
- 21.1.3 Anexo III Modelo de Declaração de Idoneidade
- 21.1.4Anexo IV Modelo de Declaração de Responsabilidade Trabalhista
- 21.1.5Anexo V Modelo de Declaração de Recebimento e/ou Acesso à Documentação;
- 21.1.6Anexo VI- Modelo de Declaração de Responsabilidade;
- 21.1.7Anexo VII Modelo de Declaração de Autenticidade;
- 21.1.8Anexo VIII Modelo de Declaração de Obrigações;
- 21.1.9Anexo IX Modelo de Declaração de Informações;
- 21.1.10 Anexo X Declaração de Parentesco;
- 21.1.11 Anexo XI Modelo de Proposta de Preços;
- 21.1.12 Anexo XII Modelo de Termo de Renúncia;
- 21.1.13 Anexo XIII Ordem de Serviços.
- 21.1.14 Anexo XIV Minuta de Contrato;

22 DA HOMOLOGAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1 Encerrada a fase de julgamento e uma vez homologada pelo Prefeito Municipal, a adjudicação correspondente, convocar-se-á a adjudicatária para assinatura do instrumento contratual, dentro do prazo de 5 (cinco) dias indicado neste Edital.
- 22.2 O não comparecimento da adjudicatária no prazo concedido para assinatura do contrato, implicará perda do seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei 8.666/93.
- 22.3 Fica assegurado ao Município o direito de, a qualquer tempo, antes da contratação, revogar a presente licitação, por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, suficiente para justificar o ato, sem que assista às licitantes direito à indenização.
- 22.4 A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulála por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 22.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.7 A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.
- 22.8 Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 22.9 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.
- 22.10 É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.



Estado do Paraná

- 22.11 As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.12 Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra deste Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5°, da Lei n° 8.666, de 1993.
- 22.13 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.14 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.15 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 22.16 As questões não previstas neste Edital serão resolvidas pela Comissão com base nas normas jurídicas e administrativas que forem aplicáveis e nos princípios gerais de Direito.
- 22.17 Informações complementares sobre o presente Edital poderão ser obtidas através do telefone nº (0xx45)3282-1355, se referentes a condições específicas para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, deverão ser solicitadas à Comissão, por escrito, no endereço indicado para recebimento das propostas, no máximo em até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a entrega das propostas.

23 FORO

23.1 As questões decorrentes da execução desta Tomada de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Em transito de Pato Bragado – PR, para Curitiba – PR, aos dois dias do mês de julho de 2018.

LEOMAR ROHDEN
Prefeito do Município



Estado do Paraná

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA TOMADA DE PREÇOS N.º 017/2018

1 - DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para instalação de tubulação na central de GLP, de acordo com normas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, junto as dependências do Projeto Pia Luz do Futuro, conforme notificação 3.2.01.17.0001050538-00, conforme relacionado abaixo:

ITEM	QUANT.	MEDIDA	DESCRIÇÃO OBJETO	V. UNIT.	V. TOTAL
01	18	MTS	Tubo multicamada PEX 16MM	32,35	582,30
02	05	UNID.	Conexão p/ tubo multicamada PEX 16mm	52,35	261,75
03	01	MTS	Mangueira nitrílica flexível 1,2mts	48,35	48,35
04	01	UNID.	Mão de obra p/ instalação	387,00	387,00

2 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Para fazer face às despesas previstas nesta Licitação, serão utilizados recursos orçamentários previstos na seguinte Dotação orçamentária:

02.000 – EXECUTIVO MUNICIPAL

02.010 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 0824315006.004 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO PIA

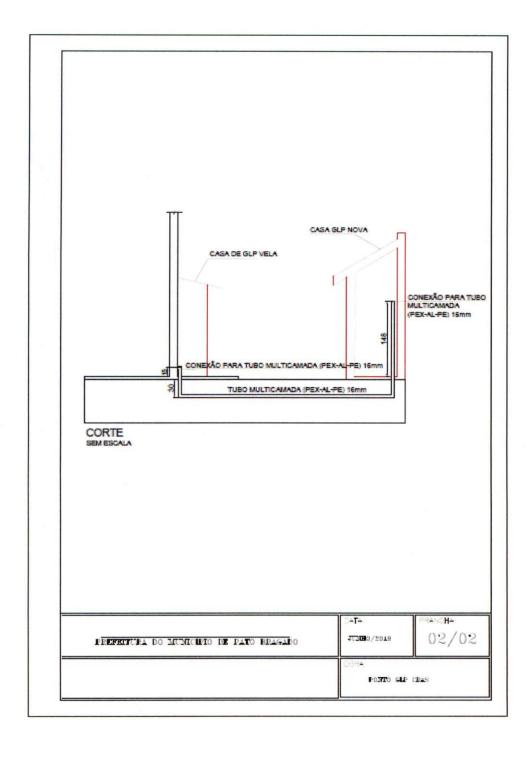
3.3.90.30.24.4518 – Material para manutenção de bens imóveis – Fonte 505

3.3.90.39.16.4594 – Manutenção e Conservação de bens imóveis – Fonte 505

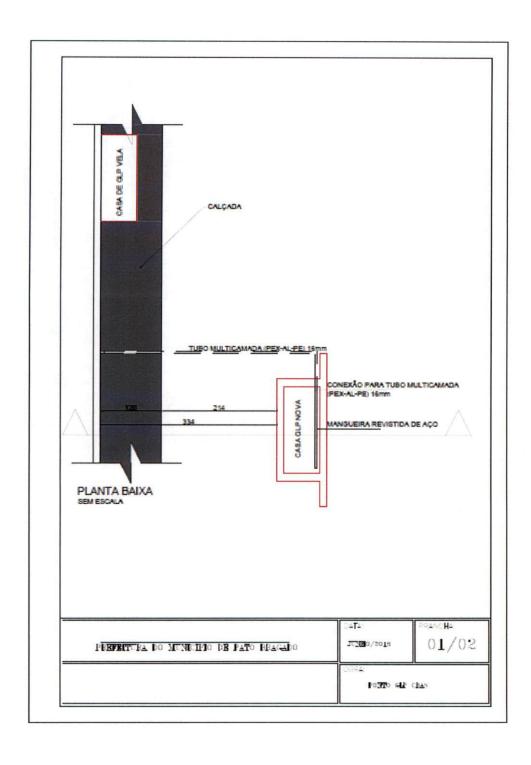
3 - DEMAIS CONDIÇÕES

- Os materiais e serviços a serem serão solicitados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo que os mesmos deverão ser entregues e instalados no local indicado pela Secretaria.
- Os materiais e serviços deverão ser entregues e instalados junto ao local solicitado, em até 30 (trinta) dias após solicitação da secretaria sem custo adicional de frete.
- O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados da data de assinatura do Termo Contratual, podendo ser prorrogado, caso haja interesse entre as partes.
- Os materiais e serviços deverá(ão) obedecer às normas e padrões da ABNT e INMETRO, ser de boa qualidade e atender eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.
- Os materiais e serviços fornecidos/prestados e instalados deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, contra qualquer defeito de fabricação, contada a partir da entrega e instalação dos mesmas.
- Os materiais e serviços após instalados serão conferidos pela Secretaria de Assistencia Social e Setor de Enhengaria do Municipio de Pato Bragado PR.

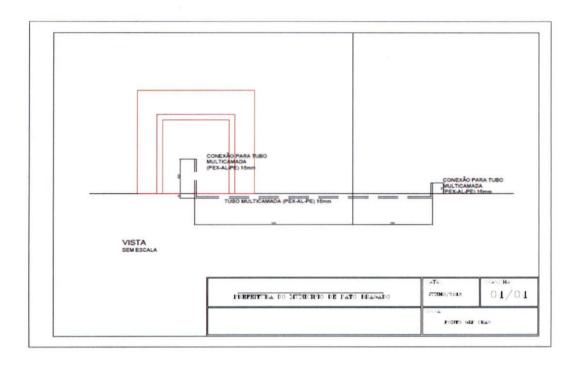


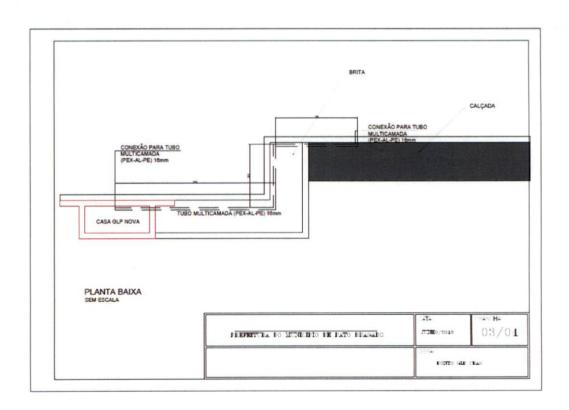














Estado do Paraná

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Pato Bragado

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

Declaramos para os fins de	direito e sob	as penas	da Lei, na	qualidad	e de Prop	onente d	o procedi	imento
licitatório, sob a modalida								
enquadrados sob o regim								
Complementar n.º 123/2006	, requerendo o	desta form	a o direito d	le usufru	ir dos resp	ectivos b	enefícios.	
		~ .						
	Por ser expres	são da ver	dade, firma	mos a pre	esente.			
	Local,	emde		de XXXX.				

(assinatura do representante legal da empresa proponente)



Estado do Paraná

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Pato Bragado

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade, instaurado por esta Prefeitura, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.
Local, emde de XXXX.
(assinatura do representante legal da empresa proponente)



Estado do Paraná

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Pato Bragado

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, modalidade, instaurado por esta Prefeitura, que não emprega menores anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, sa condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art Constituição federal.	s de 18 alvo na
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.	
Local, emde de XXXX.	
(assinatura do representante legal da empresa proponente)	



Estado do Paraná

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E/OU ACESSO À DOCUMENTAÇÃO

À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Pato Bragado

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E/OU ACESSO À DOCUMENTAÇÃO

Declaramos para os fins de direito modalidade		proponente do procedim ta Prefeitura, que recebe	
tomamos conhecimento de todas as ir objeto da licitação.			
Por ser a expressão da verdade, firma	amos a presente.		
, em _	de	de XXXX.	
(assinatura do representante le	egal da empresa pro	ponente)	



Estado do Paraná

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Pato Bragado

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob modalidade, instaurado por esta Prefeitura, que assumimos a inteir responsabilidade pela perfeita execução dos serviços e/ou entrega dos materiais objeto da presente licitação
esponsabilidade pela perfetta execução dos serviços e/od entrega dos materiais objeto da presente licitação
Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.
, em de de XXXX.
(assinatura do representante legal da empresa proponente)



Estado do Paraná

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Pato Bragado

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

peclaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, s nodalidade, instaurado por esta Prefeitura, que assumimos a ir esponsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sob as penas da Lei.	
Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.	
, em de de XXXX.	
(assinatura do representante legal da empresa proponente)	



Estado do Paraná

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Pato Bragado

DECLARAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a
modalidade, instaurado por esta Prefeitura, que se nossa empresa for
declarada adjudicatária do objeto:
a) Manteremos durante o período da prestação dos serviços objeto do procedimento licitatório supra
indicado, o(a) profissional e responsável técnico, inscrito no
CPF/MF sob o n.º e Identidade sob Registro Geral n.º,
devidamente inscrito junto ao CREA/CAU sob o n.º;
b) Disporemos de pessoal técnico necessário para a perfeita execução do objeto contratual;
c) Disporemos de todos os equipamentos, veículos, ferramentas e materiais necessários para a perfeita realização dos serviços; e
d) Assumimos a inteira responsabilidade cível, criminal e administrativa por quaisquer danos ou ilícitos originados em decorrência da execução dos serviços.
Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.
, em de de XXXX
(assinatura do representante legal da empresa proponente)



Estado do Paraná

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Razão Social da proponente		
Endereço		
Bairro		
Cidade		
CNPJ/MF		
Inscrição Estadual		
Inscrição Municipal/ISS (Alvará)		
Instituição Financeira/Banco		
№ do TelefoneN	² de fax da empresa	
Nome do representante legal autorizado para	assinatura do contrato	
Função do Responsável Legal		
Endereço do Responsável Legal		
RG №Ór	gão emissor	
CPF Nº	e-mail:	
Local e data _		

Assinatura e Identificação do Responsável legal e da empresa



Estado do Paraná

ANEXO X - DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

A proponente (inserir), participante da Licitação Modalidade de nº/2018, declara sob as pena da Lei, e para todos os fins de direito, que:
() não possui em seu quadro social, servidores municipais ou detentores de parentesco consangüíneo, en linha reta ou colateral ou por afinidade até o terceiro grau com servidor municipal membro da Comissão de Licitação e Pregão, chefe do executivo municipal ou secretários.
ou
() possui em seu quadro social, servidores municipais ou detentores de parentesco consangüíneo, em linha reta ou colateral ou por afinidade até o terceiro grau com o servidor municipal ocupante do cargo

(Local e Data).
(Nome assinatura e Número de Carteira de Identidade de Declarante e carimbe de empresa prenenta)



Estado do Paraná

ANEXO XI - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(razão social, endereço complet	o, telefone, "fac-simile" e CNPJ)	
À Comissão de Licitação do Mur Tomada de Preços n.º/2	,	
Prezados Senhores:		
	Estado de, senta sua proposta comercial relativa a (descrição sucinta de	, n.º), na Cidade de inscrita no CNPJ sob nº. à licitação, na modalidade de TOMADA o objeto), conforme edital de licitação e
convocatório.		as exigidas no presente instrumento
DESCRIÇÃO	VALOR POR M ²	PERCENTUAL
MATERIAL	R\$	
MÃO-DE-OBRA	R\$	
TOTAL	R\$	
execução do objeto, encargos contratação. Na execução do objeto, observoutra que garanta a qualidade qualidade dos serviços.	sociais, administração, lucro e quale varemos rigorosamente as especificad e igual ou superior, assumindo, desc	os diretos e indiretos para a perfeita quer outra despesa incidente sobre a ções das normas técnicas ou qualquer le já, a integral responsabilidade pela ssenta) dias, a contar da data da sessão
serviços; Vigência do Contrato: 06 (seis) ordem de serviços. As condições de pagamento são nº/2018.	meses, contados a partir da data de as constantes no edital de licitação,	a emissão da ordem de solicitação e/ou assinatura do contrato ou emissão da na modalidade de TOMADA DE PREÇOS
, emde	de 2018.	
(assinatura do representante les	gal da proponente)	



Estado do Paraná

ANEXO XII - TERMO DE RENÚNCIA

À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Pato Bragado

A proponente
,dede XXXX.
(assinatura do representante legal da proponente)
Obs.: Caso o representante da empresa não se fizer presente no momento da abertura dos envelopes, favor
devolver devidamente datada, carimbada e assinada



Estado do Paraná

ANEXO XIII - ORDEM DE SERVIÇOS

Pela presente Ordem de Serviços o Município de Pato Bragado, através de seu Prefeito,	
Senhor xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	posta de
, da empresa, CNPJ n.º	
	tado de
, adjucatária da licitação na modalidade de Tomada de Preços n.º/2018.	
Integram e completam a presente Ordem de Serviço, para todos os fins de direito, obrigando as todos os seus termos, as condições expressas no edital de Tomada de Preços N.º/2018, juntam seus anexos e a proposta comercial expedida pela Contratada em//	
A presente Ordem de Serviço rege-se pelas disposições expressas na Lei n.º 8.666/93, de 21 de 1993, suas alterações e legislação pertinente e pelos preceitos de direito público, aplicar supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.	
, emdede 2018.	
(assinatura da autoridade competente)	



Estado do Paraná

Anexo XIV - MINUTA DO CONTRATO N.º

REF. TOMADA DE PREÇOS N.º/2018

MINUTA DE CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO E A EMPRESA
CONTRATANTE: Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.719.472/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito, o senhor xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CONTRATADA:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO Constitui objeto deste instrumento a Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra visando execução:
Licitatório, cujo local foi inspecionado pela CONTRATADA, que examinou detalhadamente o projeto, as especificações e toda a documentação da licitação respectiva e se declara em condições de executar os serviços em estrita observância com o indicado no projeto, nas especificações e na documentação levada a efeito pelo Processo de Licitação – Tomada de Preços/2018.
CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ANEXOS CONTRATUAIS Fazem parte integrante do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos: I - Edital de TOMADA DE PREÇOS n.º/2018; e II - Proposta da CONTRATADA, datada de

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DA EXECUÇÃO Os serviços e materiais necessários à instalação d

Os serviços e materiais necessários à instalação de central de gas junto ao Projeto Pia Luz do Futuro, objeto deste contrato, serão executados e fornecidos sob regime de empreitada global e de conformidade com as especificações constantes do Edital de TOMADA DE PREÇOS n.º...../2018, obedecendo os requisitos de QUALIDADE, RESISTÊNCIA, FUNCIONALIDADE E SEGURANÇA, previstos nas Normas do Ministério do Trabalho e ABNT, pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E DO PAGAMENTO

Os serviços de instalação serão fiscalizados e vistoriados pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal.



Estado do Paraná

Objeto do presente contrato administrativo será continuamente recebido pelo fiscal da CONTRATANTE, para avaliação de que os serviços foram executados de acordo com o previsto na proposta pela partes e neste contrato administrativo.

- § 1º O recebimento não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança com que deverá ser entregue o objeto contratado.
- § 2º A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo coma a proposta aprovada pelas partes e/ou como previsto no contrato.
- § 3º. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar o andamento do presente CONTRATO deverão ser comunicadas, imediatamente e por escrito, à Diretoria de Gestão de Suprimentos, que procederá a abertura de processo competente. Antes de comunicar a Diretoria de Gestão de Suprimentos, o fiscal do contrato poderá, primeiramente, comunicar oficialmente a empresa sobre o problema ocorrido, determinando o prazo para a defesa. Findo esse prazo, com ou sem êxito na resposta, enviará, então, tal comunicação à Diretoria de Gestão de Suprimentos.
- § 4º. Pela execução dos serviços e fornecimento dos materiais, objeto deste contrato, o MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, a importância de R\$......(....), em até 30 (trinta) dias após o aceite pela fiscalização, conforme tabela abaixo:

DESCRICÃO	VALOR POR M ²	PERCENTUAL
MATERIAL	R\$	
MÃO-DE-OBRA	R\$	
TOTAL	R\$	

^{§ 5}º. No preço apresentado nesta cláusula já estão inclusas as despesas com impostos, seguro, taxas e demais encargos necessários à execução do objeto contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias subsequente ao da realização dos serviços, mediante apresentação dos documentos de cobrança contratualmente definidos, que somente serão processados após liberação do órgão competente.

• ART de execução devidamente recolhida, bem como a Certidão de conclusão de obra e dos serviços; Os valores de material ou de equipamentos, fornecidos pela contratada, deverão ser destacados na fatura, nota fiscal ou recibo de prestação de serviços, de acordo com o valor discriminado no contrato (Art. 42 e parágrafos, da IN n.º. 69, de 10/05/2002 do INSS) para fins de retenção dos 11% à previdência social sobre o valor da mão-de-obra.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE ENTREGA DA OBRA E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

A contratada obriga-se a entregar os serviços concluídos, sem nenhuma pendência e provisoriamente recebida, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço. O contrato terá vigência de 06 (seis) meses a partir da data da assinatura.

Parágrafo único. A CONTRATADA obriga-se a iniciar a execução dos serviços em até 05 (cinco) dias corridos após a emissão da ordem de serviços expedida pela Municipalidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA DA OBRA

O prazo de entrega da obra poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas em Lei, e também quando houver necessidade e interesse do Município, desde que preenchidos os requisitos legais.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS



Estado do Paraná

A fiscalização do MUNICÍPIO acompanhará a instalação em todas as suas fases, registrando as ocorrências no DIÁRIO DE OBRAS quando, ao final da execução, emitirá o Termo de Recebimento Provisório, que deverá ser assinado pela fiscalização do MUNICÍPIO e da CONTRATADA.

- § 1º. Transcorridos 30 (trinta) dias da emissão do Termo previsto nesta cláusula, o MUNICÍPIO constituirá Comissão para vistoriar os serviços e, constatando a sua adequação aos termos contratuais, expedirá devidamente assinado pelas partes e de forma circunstanciada, o Termo de Recebimento Definitivo.
- § 2º. O Recebimento Definitivo ou Provisório não exime a CONTRATADA da responsabilidade civil e éticoprofissional previstos na Legislação, pelos materiais e mão-de-obra utilizados na obra, objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS GARANTIAS

A CONTRATADA garante que os materiais por ela fornecidos e a mão-de-obra utilizada para a execução da obra, objeto deste contrato, são de primeira qualidade e atendem às especificações aqui estabelecidas e também o disposto no art. 618 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações da CONTRATADA:

- I Fornecer por sua exclusiva conta, todo material, equipamentos, acessórios e mão-de-obra que se façam necessários para a execução total dos serviços, mesmo que não tenham sido incluídos nas planilhas de quantitativos pelo MUNICÍPIO, porém constantes das especificações fornecidas para a elaboração da proposta e pertinentes ao objeto contratado;
- II Responsabilizar-se pelos encargos e obrigações trabalhistas, securitárias, previdenciárias, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, relativos à mão-de-obra e materiais utilizados, bem como os decorrentes de responsabilidade civil em geral;
- III Responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo causado às instalações e ao pessoal do MUNICÍPIO ou terceiros, por funcionários ou pertences da CONTRATADA ou seus prepostos, correndo por sua conta exclusiva todas as providências e despesas decorrentes;
- IV Antes de iniciar a execução dos serviços, confrontar entre si os desenhos, quantitativos e especificações envolvidas dando conhecimento à fiscalização da programação. Em caso de constatar discrepâncias, erros, omissões ou dúvidas, deverá apresentar proposta de soluções, cabendo à fiscalização aceitar ou solicitar a apresentação de outras alternativas, levando sempre em conta a boa técnica;
- V Assumir exclusiva responsabilidade por todos os prejuízos que causar ao Município de Pato Bragado, por inadimplemento de qualquer obrigação contratual, especialmente no que se refere ao cumprimento das especificações, projetos e prazo de execução;
- VI Efetuar às suas expensas, o transporte de pessoal, materiais e equipamentos, até o local da obra;
- VII Manter no local da obra, preposto habilitado para representá-la na execução do contrato e acompanhar os trabalhos de recebimento da obra;
- VIII Os serviços deverão ser executados em consonância com o memorial descritivo, com qualidade compatível com as normas vigentes;
- IX Deverá atender na integra a legislação trabalhista, permitindo a vistoria da obra a qualquer tempo pelo CONTRATANTE;
- X Responsabiliza-se a CONTRATADA por acidente de qualquer natureza ocorrido na obra ou em decorrência da mesma, inclusive decorrente de ausência de sinalização ou segurança;
- XI A CONTRATADA deverá manter a qualificação técnica apresentada por ocasião do processo licitatório durante toda a duração do contrato. Em caso de alteração do acervo técnico, devera providenciar antecipadamente acervo equivalente, fazendo comunicação previa ao CONTRATANTE.
- XII A CONTRATADA se obriga a efetuar o registro da obra junto ao INSS.



Estado do Paraná

- XIII Todos os recursos físicos, humanos e materiais necessários à execução dos serviços contratados serão fornecidos pela CONTRATADA, que será responsável pela quantidade, qualidade e utilização.
- XIV Providenciar os alvarás de construção, recolhimento da ART, INSS e outros necessários à execução e liberação da obra, antes da expedição do Termo de Recebimento Provisório a ser lavrado pela Fiscalização;
- XV Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência, que deverão ser registrados no Diário de Obras e confirmados por escrito no prazo de 03 (três) dias úteis;
- XVI Manter em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de TOMADA DE PREÇOS n.º CP- xxx/xxxx, durante a execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações do da CONTRATANTE, afim de viabilizar a execução do objeto deste contrato administrativo:

- I Pagar o valor constante na cláusula quarta no prazo avençado;
- II Acompanhar e fiscalizar os serviços em todas as suas etapas, registrando as ocorrências no Diário de Obras, sendo que a fiscalização periódica não implica na aceitação tácita de etapas e serviços executados;
- III Realizar os trabalhos de aceitação e recebimento, na época oportuna, emitindo os respectivos termos e registrando-os no Diário de Obras, no qual deverá constar:
 - a) Nome, endereço, telefone, engenheiros responsáveis, fiscalização e mestre de obras da CONTRATADA;
 - b) Nome, endereço e telefone da fiscalização da obra;
 - c) Prazo para execução da obra;
 - d) Data do início das obras, dias corridos e acumulativamente os dias impedidos de trabalhar, por casos fortuitos ou de força maior;
 - e) Substituição de desenhos ou especificações;
 - f) Dúvidas, alterações e definições;
 - g) Início e término dos principais serviços;
 - h) Comunicações em geral, entre a CONTRATADA e o MUNICÍPIO.
- IV Efetuar a retenção da contribuição previdenciária de 11% (onze por cento) sobre o valor da mão-deobra incidente por ocasião do pagamento e recolher para o INSS, de acordo com as normas previstas nas Instruções Normativas em vigor.
- V Fornecer todos os elementos e prestar todas as informações necessárias a execução do objeto;
- VI Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
- VII Pagar o preço estipulado dentro do prazo estabelecido neste contrato administrativo, correspondente aos serviços prestados;
- VIII Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- I. Advertência por escrito;
- II. Multa de mora de 1% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;
- III. Multa compensatória de 5% sobre o valor do contrato;



Estado do Paraná

- IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- Advertência por escrito;
- II. Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 0,5% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de (estabelecer percentual);
- III. Em caso de inexecução total, multa compensatória de 10% sobre o valor do contrato;
- IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, será declarado inidôneo para licitar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.

As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- A. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- B. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- C. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração em caso do infrator tenha sido contratado ou será inscrito em dívida ativa, caso o licitante não se sagre vencedor do certame.

Todas as sanções previstas neste item são de competência exclusiva do Chefe do Executivo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

O presente instrumento contratual será rescindido:

- I Pelo MUNICÍPIO, quando a CONTRATADA:
 - a) Transferir no todo ou em parte o contrato, sem prévia autorização do MUNICÍPIO;
 - b) Não cumprir ou cumprir irregularmente qualquer obrigação contratual;



Estado do Paraná

- Falir, dissolver a sociedade ou modificar sua finalidade de modo que, a juízo do MUNICÍPIO, prejudique a execução do contrato;
- Reduzir, sem antes recorrer às autoridades competentes, por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, o ritmo dos trabalhos ou não cumprir o cronograma de execução dos serviços contratados, de modo a impossibilitar a sua conclusão dentro do prazo avençado neste contrato;
- e) Sem a devida autorização escrita, não observar as especificações técnicas de qualidade do material de execução, após advertência por escrito da fiscalização do MUNICÍPIO.
- II Pela CONTRATADA, quando o MUNICÍPIO inadimplir quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste contrato.
- § 1º. Ocorrendo motivo que justifique e aconselhe, atendido em especial interesse do MUNICÍPIO, poderá o presente contrato ser rescindido, excluída sempre qualquer indenização por parte do MUNICÍPIO.
- § 2º. Quando a rescisão se der pelo motivo previsto no item II, persistirá a responsabilidade do MUNICÍPIO pelo pagamento dos serviços prestados e não pagos.
- § 3º. Quando a CONTRATADA der causa à rescisão do contrato, além da multa de 20% (vinte por cento) do valor contratual e demais penalidades previstas, fica sujeita a uma das seguintes sanções:
- I Advertência;
- II Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

Os motivos de caso fortuito e força maior, definidos pela Legislação civil, deverão ser notificados e comprovados ao MUNICÍPIO, dentro de 05 (cinco) dias úteis de suas ocorrências e constarem devidamente registrados no Diário de Obras e em sendo aceitos, não serão considerados para a contagem de prazo de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato, ocorrerão por conta da Dotação Orçamentária n.º:

02.000 - EXECUTIVO MUNICIPAL

02.010 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 0824315006.004 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO PIA

3.3.90.30.24.4518 – Material para manutenção de bens imóveis – Fonte 505

3.3.90.39.16.4594 – Manutenção e Conservação de bens imóveis – Fonte 505

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Elegem as partes, de comum acordo, o foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon – Estado do Paraná, como o único competente para serem dirimidas todas as dúvidas que porventura se originem no presente contrato.

Assim, estando justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Pato Bragado, Estado do Paraná, aos.... de de 2018.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO

EMPRESA VENCEDORA CONTRATADA

Testemunha	s:	
1)		
2)		



Estado do Paraná

ATA N.º 153/2018 TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2018

Ata da sessão de recebimento dos envelopes, contendo a habilitação e as propostas de preços, em atendimento ao Edital de Licitação — Tomada de Preços n.º 017/2018, que tem como objeto Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para instalação de tubulação na central de GLP, de acordo com normas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, junto as dependências do Projeto Pia Luz do Futuro, conforme notificação 3.2.01.17.0001050538-00, segundo especificações contidas no Termo de Referência.

Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e dezoito, às quatorze horas e vinte minutos, nas dependências da sala da Secretaria de Administração, na Prefeitura do Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, sito à Avenida Willy Barth, número dois mil, oitocentos e oitenta e cinco, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme nomeados Decreto nº 117/2018, os servidores Margo Beatris Seibert, Djoni Rohden, e Marlene V. Petry Knapp, para sob a presidência da primeira, abrirem, julgarem e deliberarem sobre a habilitação e propostas de preços advindas da Licitação - Tomada de Preços n.º 017/2018, a qual tem como objeto a Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para instalação de tubulação na central de GLP, de acordo com normas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, junto as dependências do Projeto Pia Luz do Futuro, conforme notificação 3.2.01.17.0001050538-00, segundo especificações contidas no Termo de Referência do edital. O Edital foi amplamente divulgado no Diário Oficial do Município de Pato Bragado, Site do Município de Pato Bragado, Site do TCE/PR e Jornal O Presente e estava disponível, na íntegra, para download no site do município: www.patobragado.pr.gov.br na aba "Licitações – Licitações abertas". Apesar da ampla divulgação do edital convocatório, não houve interessados em efetuar protocolo com proposta de preços e habilitação, resultando o processo como DESERTO. Nada mais havendo a tratar, a Senhora presidente deu por encerrada, de cujos trabalhos foi lavrada a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão de Licitações presente e licitantes presentes que assim o quiserem.

Margo



DE:

PROCURADORIA JURÍDICA

PARA:

GABINETE DO PREFEITO

PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Análise Final da Licitação Tomada de Preços nº 017/2018

PARECER:

Retornam os autos para exame do procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 017/2018, tipo "menor preço global", visando à contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para instalação de tubulação na central GLP junto as dependências do Projeto PIA.

Houve a ampla publicidade dos atos, com a publicação de aviso da licitação no Diário Eletrônico de 03/07/2018 e na imprensa local (Jornal O Presente) no dia 06/07/2018, ficando definida a data de 26 de julho de 2018 para a realização da sessão pública para recebimento dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação. Assim sendo, foi respeitado o interstício mínimo de 15 (quinze) dias entre as datas de publicação e da reunião.

No dia, hora e local previamente designado, nenhuma empresa havia protocolado envelopes em tempo hábil, conforme anotado na ata 153/2018, restando este procedimento DESERTO, não sendo possível sua continuidade, opinamos assim pelo arquivamento.

Pato Bragado/PR, 27 de julho de 2018.

Procurador Juridico Municipal
Portaria 058/2017